

O PARANÁ EM REVISTA

*Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho**

RESUMO

Duas grandes mudanças na base econômica do Paraná produziram transformações fundamentais em diversos aspectos da sua estrutura e dinâmica sociais: a passagem da economia extrativista (erva mate e madeira) para a economia do café e o processo de industrialização dos anos 70.

Essas mudanças caracterizam o início e o fim do "projeto paranaense de desenvolvimento", concebido a partir do PLADEP, implementado pela CODEPAR e depois pelo BADEP, esgotado em grande parte devido ao seu próprio sucesso sem que fosse substituído por outro projeto de caráter estratégico.

A análise desse processo permite entender o contexto em que a Revista Paranaense de Desenvolvimento vive sua primeira vida. Ela nasce como veículo de discussão da continuidade do projeto de desenvolvimento do Estado e morre com o esgotamento desse projeto. O seu renascimento reforça a necessidade de se voltar a discutir os caminhos futuros do Paraná e de pensar os destinos de sua sociedade e economia no contexto das transformações nas economias nacional e internacional.

O primeiro número da *Revista Paranaense de Desenvolvimento* veio à luz no início do segundo semestre de 1967. Durante mais de uma década (a Revista foi extinta com o número 81, de agosto de 1992) procurou divulgar e colocar em debate o processo de desenvolvimento econômico que se iniciara no Paraná no começo da década de 60. Criada e editada pela Companhia de Desenvolvimento Econô-

* Economista. Professor da Universidade Federal do Paraná. Foi Diretor-Presidente do IPARDES, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral e Coordenador do Grupo Mercosul do Governo do Estado do Paraná.

mico do Paraná — CODEPAR (posteriormente transformada em Banco de Desenvolvimento — o BADEP), foi produto e símbolo de um período de expansão econômica, transformações sociais e ampliação e aperfeiçoamento dos aparelhos de Estado paranaenses que, em última análise, fundou o Paraná tal como o conhecemos hoje.

Esse processo, decorrente do que pode ser chamado de projeto de desenvolvimento paranaense¹, teve exatamente na CODEPAR seu instrumento emblemático de execução, pela via do fomento e apoio às realizações estatais e privadas que mudaram a face do Paraná.

No momento em que, quase quatro décadas após iniciar-se a gênese do projeto de desenvolvimento paranaense, o IPARDES (ele, também, produto desse processo, gerado dentro do BADEP) toma a louvável iniciativa de recriar a *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, cabem duas constatações básicas: a primeira é que o projeto de desenvolvimento como tal esgotou-se, num longo e complexo processo, em parte devido ao seu próprio sucesso, sem que a sociedade paranaense tenha conseguido substituí-lo por qualquer outro de escopo e amplitude semelhantes; a segunda é que se faz sentir cada vez mais a necessidade de um novo projeto, capaz de mobilizar os interesses das classes e frações de classe que compõem essa sociedade — e o relançamento da Revista é comprovação disso.

Trata-se de voltar a discutir, da forma mais ampla e profunda possível, os caminhos futuros desta sociedade e de sua economia, como se começou a fazer na segunda metade dos anos cinquenta a partir da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado — PLADEP. Esse foi o locus privilegiado onde se criou o projeto que mudaria o Paraná nas décadas seguintes. Não um projeto acadêmico, nem o produto de sonhos delirantes de nefelibatas, mas algo embasado no conhecimento das necessidades concretas da população e dos interesses de classes e grupos e das formas possíveis e viáveis de inserção desse conjunto de variáveis na teia de relações externas — nacionais e internacionais — que, em última análise, condicionam (mas não determinam) o quanto do que se quer pode efetivamente ser alcançado.

O propósito deste artigo é apresentar uma interpretação sobre as causas que determinaram o surgimento, a consolidação e a superação do projeto de desenvolvimento que a *Revista Paranaense de Desenvolvimento* procurou entender, retratar e discutir. Se não mais, uma análise desse tipo pode ser — e espero que o seja — um referencial de experiências passadas que apontam no sentido da compreensão da natureza dos desafios do futuro e dos meios de superá-los.

O pano de fundo essencial para o entendimento que se pretende

¹ Ver a respeito o trabalho de Maria Helena Oliva Augusto, onde a gênese do processo e sua evolução interna até os anos setenta são analisadas em profundidade (AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Símbolo, 1978. 233p.).

é o fato de que o Paraná, entre o final da década de 30 e o início dos anos oitenta — num período, portanto, relativamente curto para fenômenos dessa natureza — passou por dois processos de profundas mudanças em sua base econômica. E que cada um desses processos, por sua vez, produziu alterações igualmente profundas em toda a sociedade, nos aspectos demográficos, na distribuição territorial da população e da riqueza, na força de trabalho, na estrutura de classes e, como não podia deixar de ser, nas relações de poder e na composição social do Estado.

A primeira dessas mudanças é a passagem da economia extrativista da erva-mate e da madeira para a economia do café.

O Paraná do mate — a produção e exportação de madeira, ainda que sempre presente, só ganharia papel significativo após a Primeira Guerra Mundial — vinha consolidando-se desde a primeira metade do século passado. Sua base era uma economia primário-exportadora de segunda ordem, ou seja, seus mercados eram outras economias primário-exportadoras, e não os países industrializados. A população paranaense vinha crescendo a taxas um pouco superiores às brasileiras, praticamente dobrando a cada vinte anos, em grande parte devido à imigração européia. Em 1940 chegava a 1,2 milhão — décimo lugar entre as unidades federadas. Mesmo assim, menos da metade do território estadual podia ser considerado como efetivamente ocupado.

À perda de dinamismo decorrente da depressão mundial dos anos trinta somou-se, no Paraná, o início do declínio da exportação primária de erva-mate (cancheada), pela perda do seu papel dominante no mercado argentino, enquanto as exportações da madeira crescem significativamente a partir de meados da década.²

Mas o aspecto mais importante dessa sociedade era sua composição social. As características próprias do processo evolutivo da economia paranaense, principalmente no que se refere às suas formas de inserção no mercado mundial, haviam criado uma burguesia de origem industrial-exportadora que representava a fração de classe burguesa dominante no Estado, exercendo o poder regional pela resultante de alianças e conflitos com as outras frações importantes, principalmente os proprietários de terras dos Campos Gerais. Mesmo alijada do governo do Estado como decorrência da Revolução de 1930, era ainda fator dominante do jogo político paranaense.³

Esse é o quadro consolidado que a expansão cafeeira explode em menos de uma década. Ainda que já houvesse uma pequena área cafeeira no nordeste do Estado (o Norte Velho), a rápida expansão deu-se pelo avanço da cafeicultura na direção oeste, primeiramente

² Com referência a todo esse período, ver LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. 522p. e MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. *Evolução histórica da economia paranaense*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: BADEP, n.28, p.31-52, jan./fev. 1972.

³ Esta hipótese de interpretação, que mereceria estudos mais aprofundados, está apresentada em MAGALHÃES FILHO. *Evolução histórica...*

nas terras já ocupadas e demarcadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e, depois, até as margens do Rio Paraná.

Alguns números retratam a explosão cafeeira: a área plantada com café passa de 130 mil hectares em 1945 para 567 mil em 1955 e mais de um milhão em 1958.⁴ A produção, que chegava a 1,1 milhão de sacas na safra 1946/47 salta para 20,7 milhões na safra 1959/60, quando o Paraná ultrapassa São Paulo como maior produtor brasileiro.⁵

Esta expansão dá-se com um grande influxo de imigrantes, tanto como força de trabalho para a cafeicultura e outras lavouras a ela associadas quanto para as atividades secundárias e terciárias que a ocupação da região e o beneficiamento, transporte e comercialização das safras exigem. De um lado isso leva a que a população paranaense cresça às taxas mais altas entre as unidades federadas durante duas décadas (5,5% e 7,3% ao ano, respectivamente entre 1940/50 e 1950/60), passando de 1,2 para 4,3 milhões no período.

Mais que esses aspectos quantitativos, o que nos interessa aqui são as mudanças qualitativas decorrentes. Do ponto de vista do Paraná preexistente o fenômeno era arrasador. Não só essa nova população se localizava principalmente numa região diferente daquela tradicionalmente ocupada:

Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 21.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36% do território paranaense transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoadas, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes (34% da população do Estado), distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável.⁶

Era uma população de origem e padrões culturais diferentes, em sua maioria migrantes internos vindos de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste do Brasil. Mais que isso: à nova base econômica que se implantava correspondiam necessariamente forças sociais novas, com contradições internas antagônicas, novas frações de classe e interesses não só diferentes (ou mesmo opostos) aos do Paraná tradicional, como com reivindicações sociais e políticas que ainda não possuíam canais de acesso e mecanismos de mediação junto ao poder estatal paranaense. "Quando assumi o governo o Paraná precisava ser integrado; era praticamente dividido em Paraná do Norte e do Sul. Não havia nem mesmo ligação política, social ou cultural (em termos regionais) entre os dois."⁷

Num primeiro momento a expansão é vista com euforia.⁸

Ao longo dos anos cinquenta essa visão começa a mudar,

⁴ Dados extraídos respectivamente de BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasil 1948. Rio de Janeiro: MRE, 1948. 776p. e PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. Análise da economia paranaense. MRE, 1948 e PLADEP, 1961. s.l.: PLADEP, 1961. 163p. (Estudo, 40).

⁵ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: SECE, 1981. 235p.

⁶ PADIS, p.83.

⁷ Entrevista com Ney Braga, em AUGUSTO, p.34.

⁸ Ver, por exemplo, a análise das Mensagens dos Governadores Lupion e Munhoz da Rocha em INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989. 196p. Convênio IPARDES, SEPL, FUEM.

principalmente para os técnicos ligados ao setor público, ainda que não só entre eles. As fortes quedas da produção, da renda e das receitas estaduais por ocasião das grandes geadas (1953 e 1955, por exemplo) e a crescente demanda por serviços públicos nas regiões recém ocupadas são, sem dúvida, as principais causas imediatas do surgimento de uma postura de preocupação com o futuro. Mas não são as únicas.

De um lado, vista como ameaçada por um norte "paulista", há uma preocupação com a própria identidade do paranaense; de outro, com a integridade territorial, principalmente com o movimento pela criação do Estado do Parapanema.⁹

Mas o problema maior era a contradição entre os rumos que a economia do Estado vinha seguindo e aqueles que, de início, se esperava que viesse a seguir.

O crescimento acelerado da cafeicultura no Paraná, tratando-se da mais dinâmica das economias primário-exportadoras do Brasil, a mesma que fora a base sobre a qual se dera o desenvolvimento econômico de São Paulo, criara a ilusão de que o Estado trilharia agora o mesmo caminho.

E não apenas isso não estava acontecendo, como havia já fortes indícios de que, mantidas as tendências e políticas econômicas da época, jamais iria acontecer.

E não aconteceria exatamente porque já acontecera em São Paulo. A década de maior expansão da economia cafeeira no Paraná é aquela em que as forças sociais que compartilhavam o poder no Estado brasileiro começavam, primeiro por medidas isoladas, mas logo de forma sistemática, a fomentar, apoiar e financiar o processo de industrialização do País. E os fatores locacionais, neste caso, obviamente, beneficiavam mais a expansão industrial em São Paulo, Minas Gerais e outros estados, onde já havia economias externas oriundas em grande parte das décadas iniciais da industrialização por substituição de importações, do que no Paraná, onde este fenômeno fora bem menos intenso.

E mais do que isso: como as condições da economia mundial a partir dos anos trinta haviam levado ao rompimento do modelo primário-exportador até então hegemônico no Brasil, as frações da burguesia a ele associadas haviam, por sua vez, perdido a hegemonia política. Isso permitia que parte do fomento à expansão industrial fosse financiada pelo que era conhecido como "confisco cambial".¹⁰

Nesse contexto o Paraná sentia-se duplamente prejudicado: primeiro, seus recursos eram utilizados para fomentar a industriali-

⁹ Ver uma boa referência a esses temas em *AUGUSTO*, p.32 e seguintes.

¹⁰ Diferença cambial entre o preço pago pelo governo federal aos produtores e o obtido na venda ao exterior.

zação de outros estados; em segundo lugar, como a importação de bens industrializados de consumo era penalizada, ou mesmo limitada ou proibida, o consumidor paranaense tinha de adquirir os similares nacionais, obviamente mais caros, produzidos em outros estados.

Da consciência da existência de problemas ao estudo de alternativas de desenvolvimento para a economia estadual foi um passo. E o lócus privilegiado desses estudos foi o PLADEP: "Os estudos e projetos realizados por sua equipe técnica multidisciplinar e as discussões formais ou informais que se realizaram com representantes de vários segmentos da sociedade forneceram os alicerces do que seria o projeto paranaense, implementado a partir da década seguinte".¹¹

A releitura de um dos mais importantes documentos produzidos pelo PLADEP — o chamado Estudo nº 40 —, *Análise da Economia Paranaense* (PLADEP — 1961), permite não apenas reencontrar as preocupações já mencionadas e os problemas mais graves com que então se defrontava o governo do Estado, como também ver as primeiras formulações do que seria o projeto paranaense ao longo das décadas seguintes. Apenas como exemplos, ali se encontra a proposta de criação de um banco de desenvolvimento destinado a incentivar a implantação e expansão de indústrias, a ênfase no aumento da oferta de energia elétrica e na melhoria do sistema de transporte e a preocupação com a futura substituição da cafeicultura. Duas propostas merecem destaque porque revelam o grau de prioridade que se dava ao desenvolvimento econômico. Uma é a recomendação de defender-se uma política nacional para o café que incluiria

... criar o Fundo de Defesa e Desenvolvimento dos Recursos Sociais, que seria totalmente empregado na região (cafeeira) na defesa de seus recursos naturais, na educação e elevação das condições de vida do trabalhador rural, no saneamento do meio, na criação de uma infraestrutura econômica, no incentivo à industrialização de produtos agrícolas, na diversificação da produção...¹²

A outra proposta é a subordinação dos gastos com os que são ali chamados de "objetivos de caráter mais diretamente social". O documento afirma que, como

O atendimento da demanda existente nestes setores é função da capacidade do setor público de neles realizar investimentos, e como essa capacidade é, por sua vez, função do desenvolvimento econômico do Estado, esses setores deverão ser atendidos até o limite das possibilidades do setor público de neles investir sem prejudicar seu esforço no setor de investimento básico.¹³

¹¹ MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. *Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. São Paulo: s.n., 1994. Mimeografado, p.10.

¹² PARANÁ. Comissão de Coordenação..., p.15. Esta proposta foi oficialmente apresentada pelo Paraná a Jânio Quadros em reunião deste com os governadores dos três estados do Sul, realizada em Florianópolis em março de 1961. Rejeitada, mas não esquecida, essa idéia facilitou a posterior aceitação da idéia de criar-se o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. PLADEP, 1961, p.15.

¹³ PARANÁ. Comissão de Coordenação..., p.19.

Com a posse de Ney Braga no governo do Estado, em 1961, esse "projeto" passa a ser implantado.

A explicação de como um "projeto" desenvolvimentista de forte inspiração cepalina é adotado pelo novo governo passa pelo entendimento das relações entre as forças políticas que disputavam o poder no Estado e, destas, com as que o detinham no nível nacional.

À medida que se aproximam as eleições estaduais de 1960, fica claro que o peso político da região cafeeira vai permitir às suas frações de classe, pela primeira vez, disputar em igualdade de condições o governo do Estado. Há três grandes coalizões na disputa: uma, a que se montara em torno dos proprietários de terra dos Campos Gerais, reforçada pelo longo período em que mantivera o executivo estadual (desde o início da década de 30, com um breve interlúdio no quinquênio 1951-56), centrada no PSD; outra, a que se fortalecerá no Norte, com base na cafeicultura, e que se centrava no PTB (o longo controle por este partido dos aparelhos de Estado a que cabia atender às reivindicações da agricultura — Banco do Brasil, Ministério da Agricultura e Instituto Brasileiro do Café — explica a vinculação partidária); e, finalmente, a burguesia regional já mencionada, que desde 1930 só estivera no governo com Munhoz da Rocha no breve interlúdio citado acima, centrada na UDN e no velho partido republicano (PR), à época eleitoralmente mais fracos.

Mas é esta última que triunfa, apesar de algumas das facções políticas que a representavam, inclusive Munhoz da Rocha, apoiarem a candidatura do PTB. E vence inclusive no Norte. Seu candidato, Ney Braga, filiado ao pequeno PDC, beneficia-se das contradições sociais do PTB e da postura conservadora do PSD paranaense, que inclusive não apoiara a candidatura de Juscelino Kubitschek cinco anos antes. Mas beneficia-se também do enfraquecimento nacional da aliança PSD-PTB, que leva, na mesma eleição, à vitória de Jânio Quadros.¹⁴

Pode-se afirmar que, com a vitória de Ney Braga, há uma "recomposição do bloco no poder, em termos de dominação política".¹⁵ Não se trata apenas do retorno ao poder da burguesia industrial do mate e da madeira, mas da ascensão de uma burguesia de base econômica já mais diversificada, que percebera que a ideologia do desenvolvimento — já dominante em nível nacional — abria-lhe o caminho para fomentar a expansão de sua acumulação por meio do Estado. Com mais de uma década de atraso, a composição do Estado no nível do Paraná passava a assemelhar-se à do Brasil.

Não caberia (literalmente) neste artigo enumerar e comprovar as mudanças decorrentes da adoção do "projeto paranaense de desen-

¹⁴ Há uma análise mais completa desse momento eleitoral e de suas causas e consequências em AUGUSTO, p. 43 e seguintes.

¹⁵ AUGUSTO, p. 43.

volvimento" e de sua implementação. O FDE e a CODEPAR, criada para geri-lo, foram suas peças-chaves. Os resultados configuram o Paraná dos anos sessenta e início dos setenta, projetando-se alguns até os dias de hoje. Desses, o mais importante foi a criação das condições que levaram, como foi dito no início, à sua superação em função de seu próprio sucesso. Com efeito, sem a infra-estrutura, os mecanismos de fomento e a reestruturação do setor público que resultaram do "projeto", a segunda grande mudança da base econômica do Estado ao longo dos anos setenta, mesmo que ocorresse, certamente não afetaria a economia e a sociedade paranaenses na amplitude e na forma que afetou. E essa segunda mudança, como veremos adiante, é a causa básica de o "projeto" ser abandonado.

O que cabe é localizar o papel da *Revista Paranaense de Desenvolvimento* ao longo desse processo. Quando a idéia de publicá-la começa a ser discutida na CODEPAR, a execução do "projeto" já estava em pleno andamento e o apoio político e eleitoral a seus resultados já passara pelo teste da eleição de Paulo Pimentel em 1965 e pela sua continuidade no novo governo, mesmo após os desentendimentos entre as facções do novo governador e do anterior. Na realidade, só então é que se começava a ver o "projeto de desenvolvimento paranaense" como tal. O que o PLADEP sugerira havia sido concebido como parte de um plano de governo, plano, por sua vez, nunca concluído. Apesar de a maioria dos técnicos do PLADEP ter se alinhado com a candidatura Ney Braga, este não tinha qualquer compromisso com o plano inacabado, ainda que tivesse com algumas das idéias ali expostas. A criação do FDE e da CODEPAR decorreria mais da possibilidade de conseguir recursos adicionais para algumas obras públicas de prioridade consensual — principalmente algumas rodovias e hidroelétricas — pela via do empréstimo compulsório que compunha o Fundo, evitando a elevação dos impostos, contra a qual havia um reiterado compromisso do candidato durante sua campanha eleitoral.

A industrialização permaneceria por algum tempo, tanto nas ações de governo quanto no imaginário social, como algo indesejável ou impossível, ou ambos. O planejamento governamental, no modelo cepalino, explicitado nas propostas do PLADEP, sequer tivera sua implantação cogitada.¹⁶

Mas em meados dos anos sessenta ocorrem modificações significativas no marco referencial que condicionava a evolução da economia paranaense e a execução mesma do "projeto".

Primeiro, ao fixar os preços de aquisição para o café da safra 1966/67, o governo federal o faz a níveis reais inferiores aos anteriores, impedindo que a cafeicultura recomponha seus ganhos, abalados

¹⁶ O artigo de abertura do primeiro número da Revista sobre a experiência de planejamento do Paraná pode ser visto como um envergonhado pedido de desculpas por se ter conseguido, sem planejamento, aquilo que caberia ao planejamento conseguir. (MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. Experiência paranaense de planejamento. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: CODEPAR, n.1, p.7-19, jul./ago. 1967.).

pela geada do ano anterior. Isto significava o fim da política de subsídio à lavoura cafeeira, e assinalava para a perda definitiva de dinamismo do setor, que ainda era o mais importante da economia paranaense.

Em seguida, a constituição promulgada em janeiro de 1967, no Parágrafo quarto de seu Artigo 19, estabelece a exclusividade da União para instituir empréstimos compulsórios. Isto destruía de um só golpe o principal instrumento de implementação do "projeto", o FDE, pondo em questão a própria sobrevivência da CODEPAR.

Paralelamente a isso, a recessão iniciada em 1963, agravada pelas políticas de estabilização do governo Castello Branco, tornara claramente visível o grau de integração já alcançado pela economia brasileira, liquidando definitivamente a plausibilidade da repetição do modelo "paulista" de industrialização em bases regionais. Por mais que esse objetivo, a "industrialização por substituição de importações" ao nível do Paraná, já viesse caindo em descrédito, sua permanência no imaginário social e no discurso político ainda era vista como relevante para a discussão do futuro do Estado.

Por outro lado, a consolidação do novo bloco no poder nacional, que resultara do golpe de 1964, vinha reforçando cada vez mais a subordinação dos governos estaduais e, portanto, das frações de classe no poder a esse nível, a seus próprios interesses hegemônicos. Tanto a redução do subsídio à cafeicultura quanto a proibição de empréstimos compulsórios estaduais eram claramente parte desse crescente predomínio do poder central sobre as forças políticas regionais que, mesmo quando a ele aliadas, tinham sua capacidade de manobra reduzida ou eliminada. Este processo alcança sua máxima expressão formal no Artigo 189 das Disposições Transitórias da constituição emendada pelos ministros militares em outubro de 1969, que tornou indiretas as eleições para governadores de 1970.

É nesse contexto que a *Revista Paranaense de Desenvolvimento* tem que ser entendida. Seu lançamento não visa fazer a propaganda do "projeto do desenvolvimento" e da CODEPAR com vistas a convencer a sociedade a apoiá-lo. O que se quer é discutir as alternativas de sua continuidade. Visa, principalmente, trazer a esse debate intelectuais, técnicos, professores, políticos e empresários até então fora do processo e trazer contribuições de especialistas e intelectuais de outros estados e do restante do Paraná.

É óbvio que há outros objetivos: divulgar regional e nacionalmente o Paraná, os resultados de suas políticas econômicas, a CODEPAR como agente de fomento; mostrar as oportunidades de investimento no Estado, suas vantagens comparativas diretas e indi-

retas; e também os resultados dos trabalhos das equipes da própria CODEPAR, que à época desempenha, mais em alguns momentos que em outros, o papel de órgão de planejamento não-oficial do Estado.

Talvez seu papel mais importante tenha sido o de divulgar os resultados do debate interno, realizado a partir de 1969, para a formulação de diretrizes para a política do BADEP, resultado da transformação da CODEPAR em banco, principalmente no que se refere à aceitação de que o desenvolvimento do Paraná teria necessariamente que passar a ser visto como integrado ao desenvolvimento da economia brasileira, sepultando definitivamente as visões de um caminho próprio, visando à repetição do modelo "paulista". Diversos textos desse ano e dos anos seguintes apresentam e repetem a argumentação favorável a essa nova estratégia.

Com a década de setenta o quadro se modifica. Por doze anos, a partir da posse do governador escolhido em 1970, o Paraná perde a autonomia que até então gozara na formulação de políticas de desenvolvimento. A hegemonia do governo central implanta uma era de privilegiamento da técnica sobre a política, que se traduz em conformar-se às políticas nacionais, quer nas suas grandes linhas, quer, em certos casos, em meras minúcias formais.¹⁷

O BADEP, com o FDE reduzido aos retornos dos financiamentos anteriores e submetido às normas do Banco Central comuns a todos os bancos, tende a exonerar-se de funções não diretamente ligadas a seu papel de agente financeiro. Isto traduz-se na criação do IPARDES, primeiramente como grupo especial dentro do próprio BADEP, vinculando-se depois à recém criada Secretaria de Planejamento, nos moldes estabelecidos pelo então Ministério do Planejamento.

Os estudos sobre a economia do Estado, suas inter-relações com a economia brasileira como um todo e com o mercado mundial, e a elaboração de hipóteses e propostas de políticas e programas de desenvolvimento passam para o IPARDES. A Revista, em seus números a partir da metade dessa década, mostra claramente uma nova situação, com crescente participação de textos produzidos no IPARDES.

É nesse período, nos primeiros anos da década de 70, que começam a aparecer os indícios do que estamos chamando de segunda grande mudança da base econômica do Paraná neste século. Essa percepção é, de início, limitada. Somente no final da década e principalmente após a divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1980 é que a sociedade paranaense apreende a imagem completa de seu novo perfil.¹⁸

¹⁷ Sobre a postura e os discursos dos governos desse período ver INSTITUTO PARANAENSE..., *O Paraná reinventado...*

¹⁸ Seria ocioso apresentar ou analisar aqui as formas, o conteúdo e as consequências globais dessa grande mudança. Diversos trabalhos, em sua maioria do próprio IPARDES, já o fizeram. Entre outros os mais importantes são INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IPARDES, 1982. 72p.; LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IPARDES do CONCITEC, 1989. 98p. Uma visão das consequências com relação à inserção do Paraná na Região Sul pode ser encontrada em MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. *O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos*. FEE: Análise Conjuntural, Porto Alegre: FEE, v.21, n.3, p.31-52, nov.1993.

É esse novo Paraná, mais urbano que rural, mais industrial que agrícola, fonte de emigrantes para novas fronteiras agrícolas e não mais foco de atração para os migrantes de outras regiões, que é ao mesmo tempo o produto final do "projeto paranaense de desenvolvimento" e a causa de seu gradual abandono. Cada vez mais integrado à economia nacional e, com esta, à evolução da economia capitalista mundial, suas diferenças e especificidades vão se esvanecendo. Seus problemas e suas vantagens são cada vez mais os mesmos da Região Sul do Brasil e das economias periféricas de industrialização avançada. O "projeto" alcançara seus objetivos e, por isso mesmo, esgotara-se.

Paralelamente, e em consequência disso, a correlação de forças sociais também se modifica. A coalizão de forças sociais que o apoiara perde substância e se rompe e fragmenta. Isto coincide, no final dos anos setenta e no início da década seguinte, com o gradual retrocesso do regime autoritário brasileiro. A hegemonia do bloco no poder no Estado nacional começa a mostrar sua fragilidade. As classes dominadas e as frações burguesas de oposição fortalecem-se. A burguesia associada à cafeicultura, enfraquecida pelo seu declínio, e as frações da burguesia associadas ao pequeno e médio capital, ambas prejudicadas e ameaçadas pelo grande capital, que vinha sendo promotor e beneficiário desta segunda grande mudança, passam-se para a oposição.

A vitória eleitoral da oposição em 1982 marca o princípio do fim do "projeto". Os efeitos negativos do estilo de desenvolvimento que se impusera desde o início dos anos setenta haviam mudado a agenda política da maioria da sociedade paranaense.

Os problemas de desenvolvimento passam para um plano secundário na agenda da coalizão no poder estadual. Apesar dos esforços da área de planejamento do governo e de resultados significativos na implantação de programas com recursos de órgãos internacionais de financiamento, a ênfase — mesmo considerando as repercussões favoráveis para a economia dos investimentos realizados por meio desses programas — não era a do desenvolvimento econômico.¹⁹

A ênfase agora é para os problemas sociais herdados do passado e agravados pelo estilo de desenvolvimento imposto pelo grande capital: emprego, saúde, habitação, terra. O próprio BADEP, símbolo do projeto paranaense de desenvolvimento — e principal fator de seu sucesso —, sem receber aportes significativos de recursos estaduais há algum tempo, transforma-se em mero repassador de fundos nacionais, oriundos do então BNDE.

Esgotado o "projeto", a *Revista Paranaense de Desenvolvi-*

¹⁹ MAGALHÃES FILHO.
Da construção....

mento, que dele fora consequência e arauto, já perdera sua razão de ser, e é descontinuada. Todos os esforços para retomá-la, ao longo dos anos seguintes, fracassaram. Era como se o Paraná, após ter sido o Eldorado para milhões de migrantes, o estado de crescimento espantoso, um modelo de fomento estatal ao desenvolvimento e à industrialização e de organização do setor público para todo o Brasil, não tivesse mais a nada a apresentar, propor ou debater. Mais nada a dizer.

RECEBIDO PARA
PUBLICAÇÃO EM JUNHO
DE 1994

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo : Símbolo, 1978. 223p.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil 1948**. Rio de Janeiro : MRE, 1948. 776p.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba : IPARDES, 1982. 72p.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado : política e governo**. Curitiba : IPARDES, 1989. 196p. Convênio IPARDES, SEPL, FUEM.
- LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba : IPARDES : CONCITEC, 1989. 98p.
- LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro : J.Olympio, 1969. 522p.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **Da construção ao desmanche : análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. São Paulo : s.n., 1994. 61p. Mimeografado.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **Evolução histórica da economia paranaense**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba : BADEP, n.28, p.31-52, jan./fev. 1972
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **Experiência paranaense de planejamento**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba : CODEPAR, n.1, p.7-19, jul./ago. 1967.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE : Análise Conjuntural**, Porto Alegre : FEE, v.21, n.3, p.95-102, nov. 1993.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná**. São Paulo : HUCITEC; Curitiba : SECE, 1981. 235p.
- PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. **Análise da economia paranaense**. S.l. : PLADEP, 1961. 163p. (Estudo, 40).